



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**REQUERIMENTO N.º , DE 2026
(DA SRA. TALÍRIA PETRONE.)**

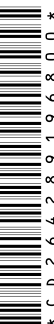
Requer a realização de Seminário conjunto na Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Integração e Desenvolvimento Regional e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável **para debater uma Nova Economia para o país.**

Senhor (a) Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização **de seminário a fim de debater uma Nova Economia para o país.**

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

1. Pedro Rossi - Global Fund for a New Economy
2. Marco Rocha - Transforma Economia - Unicamp
3. Maiara Folly - Plataforma CIPÓ
4. Adriana Pinheiro - Observatório do Clima
5. Representante do Inesc
6. Representante do movimento estudantil



7. Representante de movimento social

JUSTIFICAÇÃO

A chamada Nova Economia parte do reconhecimento de que o Brasil e o mundo atravessam uma crise multidimensional (econômica, social, climática e de representação política) que evidencia os limites dos modelos econômicos atuais. Trata-se de uma abordagem conceitual e política orientada à construção de um novo modelo de desenvolvimento que articule indissociavelmente as dimensões econômica, social e ambiental. Seus principais fundamentos são a justiça social, a ação climática, a conservação da biodiversidade, o fortalecimento da democracia e o papel estratégico do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável.

O objetivo é enfrentar desigualdades estruturais, promover a reindustrialização baseada na inovação, viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono e assegurar trabalho digno e bem-estar para toda a população, com especial ênfase nos grupos sociais mais vulnerabilizados. Por isso, a Nova Economia não pode se resumir a medidas isoladas - precisa de coerência e de articulação estratégica entre políticas e instrumentos econômicos.

Debater essa agenda no âmbito do Parlamento brasileiro é fundamental, uma vez que grande parte dos instrumentos necessários para viabilizar essa transformação depende também de iniciativas legislativas. O Congresso Nacional é o espaço central de formulação, deliberação e diálogo democrático sobre os possíveis rumos do país em direção a um desenvolvimento econômico que seja também justo e sustentável.

Sala das Comissões, em de de 2026.

Deputada Talíria Petrone

